

Lucena nega convocação do Congresso

12 JUN 1993

CORREIO BRAZILIENSE

O presidente do Senado, Humberto Lucena, negou que esteja cogitando de convocação extraordinária do Congresso para garantir a aprovação do projeto de lei complementar que regulamenta a cobrança do IPMF. Pelo contrário, Lucena afirmou que ele e o presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, estão empenhados em um esforço para garantir o recesso, "pois os parlamentares precisam voltar a ter contato com as suas bases."

Lucena admitiu que a sessão legislativa deste ano possa invadir até uma semana do recesso de julho, não mais do que isso, se o Congresso não votar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. A própria Constituição obriga que a sessão legislativa se estenda, suspendendo o recesso. Os presidentes do Senado e do Congresso revelaram que os partidos ainda não indicaram seus repre-

sentantes à Comissão Mista de Orçamento, que só deverá se instalar quarta-feira para iniciar o exame do projeto da LDO.

O senador também reconhece a dificuldade de aprovação neste primeiro semestre legislativo do projeto de lei complementar que regulamenta a cobrança do IPMF, pelo Senado. "O tempo é muito exíguo para se aprovar uma matéria tão polêmica", admitiu Humberto Lucena, ressaltando, contudo: "Só se o Presidente da República julgar conveniente tomar a iniciativa da convocação extraordinária. Nós (ele e Inocêncio) não a tomaremos".

Humberto Lucena afirmou que os parlamentares estão ansiosos por voltar ao contato com as bases, não admitindo, nem por hipótese, que o recesso legislativo de julho seja sacrificado. De sua

parte, o presidente do Congresso afirma que está empenhado em fazer com que o Congresso aprove o projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias.

— Se o IPMF não for aprovado a tempo, cabe ao presidente Itamar Franco decidir sobre a conveniência de convocar o Congresso para um período extraordinário. Nós não o faremos, insistiu.

O senador Élcio Álvares (PFL-ES), que compõe o colégio de líderes governistas, reconhecia, ontem, que o Congresso tem apenas duas semanas para aprovar a LDO e o projeto de lei complementar regulamentando o IPMF. Élcio reconheceu que difficilmente haverá tempo para a aprovação do IPMF em prazo tão exíguo, no Senado, para onde o projeto seguirá se for aprovado pela Câmara na próxima semana.